



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA ISOLADA PROFESSORA ERNESTINA PEREIRA MARTINS

Rua: José Joaquim da Silveira, s/n – Sorocaba – Cep:88490-000 – Paulo Lopes - SC

Fone: (48) 3253-1075

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



2022



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ISOLADA PROFESSORA ERNESTINA PEREIRA MARTINS

Rua: José Joaquim da Silveira, s/n – Sorocaba – Cep:88490-000 – Paulo Lopes - SC

Fone: (48) 3253-1075

PREFEITO MUNICIPAL

NADIR CARLOS RODRIGUES

VICE-PREFEITO

JUCINEI DE SOUZA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

VANESSA PEREIRA

COORDENADORA GERAL DE ENSINO

ROSANE CASTRO DA SILVA

DIRETORA ESCOLAR

JACQUELINE LOPES GUTTERREZ

EQUIPE DOCENTE

ALICE SILVEIRA

CELMA MAGRON

CRISTINA ZAPELINI

CRISTIANE ABREU

DENIZE AP. DA ROSA NASCIMENTO

FRANCIELLI LALAU

GEANI PEREIRA

MARIA CONSTÂNCIA

SUSANA EDITE R. DOS SANTOS

SANDRA

SUELEN CARBONI

VERA NUNIS

YULI

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. APRESENTAÇÃO DA ESCOLA	6
1.1. Histórico da Escola	6
1.2. Biografia do homenageado que dá nome à escola	7
1.3. Filosofia e Função Social da escola	8
1.4. Diagnóstico	9
1.5. Concepção de infância e criança	22
2. O CONTEXTO DA ESCOLA	23
2.1. Dimensão Pedagógica	23
2.1.1. Educação Infantil	23
2.1.2. Ensino Fundamental	25
2.1.3. Avaliação	28
2.1.4. Educação Inclusiva	29
2.1.5. Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)	30
2.2. Dimensão administrativa e pessoal	32
2.2.1. Funcionamento da Unidade Escolar	32
2.2.2. Matrículas	32
2.2.3. Calendário Escolar	33
2.2.4. Registro de Frequência e Sistema APOIA	33
2.2.5. Atendimento aos Pais e Responsáveis	34
2.2.6. Regimento Escolar	34
2.2.7. O Cuidado com Alunos em situações de emergência relacionada a saúde	37
2.2.8. Uniforme Escolar	37
2.2.9. O Transporte Escolar	37
2.2.10. Alimentação Escolar	38
2.3. Dimensão Física e Financeira	39
2.3.1. Estrutura Física	39
2.3.2. SME, PDDE, APP (Associação de Pais e Professores)	39
3. REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	41

INTRODUÇÃO

Este documento consiste na proposta norteadora da Escola Isolada Professora Ernestina Pereira Martins, através da ação organizada coletivamente na construção do Projeto Político Pedagógico, iniciado no ano de 2017 e, reestruturado em 2022.

É fundamental para a comunidade escolar, que o Projeto Político Pedagógico tenha definido sua concepção filosófica, pois esta, será o referencial que orientará o ato pedagógico desta Unidade Escolar, devendo garantir os direitos a Educação de qualidade preconizados pela Constituição Federal e fundamentados por legislações e documentos norteadores: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996, Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a Resolução MEC/CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010 que fixa diretrizes para o Ensino Fundamental de 09 anos, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90, Diretrizes e Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, Diretriz Curricular da Educação Infantil do Município de Paulo Lopes, Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território de Santa Catarina, Base Nacional Comum Curricular, Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, Plano Municipal de Educação, todos são fulcrais para o funcionamento da Escola e o sucesso do processo de ensino e aprendizagem na construção do percurso formador do estudante e principalmente do ser humano em sua integralidade.

Durante o ano de 2022, as diretoras escolares participaram de formação para conduzirem a reestruturação do Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais, durante a formação, além de reflexões teóricas, criamos um formulário de pesquisa e buscamos informações com as famílias. Os resultados farão parte deste documento, pois, culmina num diagnóstico atualizado da nossa comunidade escolar. E, como poderíamos definir concepções e objetivos sem conhecer nossos estudantes, famílias e seus contextos sociais, econômicos e algumas vivências.

Este documento deve ser sempre construído, monitorado e atualizado coletivamente. Apresentar e discutir o documento fortalece a gestão democrática escolar e enriquece seu currículo.

Nesta perspectiva, o documento foi organizado de forma facilitadora para o leitor conhecer nossa escola, sua história, seus pressupostos teóricos metodológicos, seu funcionamento nas dimensões administrativa, pessoal, física e financeira.

1. APRESENTAÇÃO

A Escola Isolada Prof.^a Ernestina Pereira Martins, situa-se a Rua José Joaquim da Silveira, s/n – Sorocaba, município de Paulo Lopes – SC, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Paulo Lopes.

No aspecto local, o bairro Sorocaba, onde fica localizada a escola, dispõe de mercado, empresas, lojas, igrejas, posto de gasolina, salões de beleza e outras atividades comerciais.

O perfil socioeconômico é bem diversificado, a escola atende famílias em situação de vulnerabilidade por auto declaração, tem aquelas que são participantes de programas a nível federal (como Bolsa Família) e tem aqueles que possuem padrões econômicos de vida mais elevados.

Atualmente, o quadro de discentes é de 178 alunos, sendo que os mesmos ingressam na escola, com a idade mínima de 04 (quatro) anos na educação infantil e 06 (seis) anos no ensino fundamental.

Os alunos são provenientes do bairro Sorocaba, Areias, Santa Rita, Bom Retiro, Centro e Santa Cruz, esta, reconhecida comunidade quilombola.

Esta unidade escolar, atende alunos da Educação Infantil (Pré IV e V), anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), nos períodos matutino e vespertino.

A gestão escolar é realizada pela diretora e, conta com a participação da Associação de Pais e Professores. A gestão reconhece como documento norteador da Escola, o Projeto Político Pedagógico, que orienta todas as ações da comunidade escolar, garantindo a participação de todos os segmentos e respeitando a legislação em vigor.

1.1. HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Isolada Professora Ernestina Pereira Martins, está situada na Rua José Joaquim da Silveira, no bairro Sorocaba, município de Paulo Lopes, estado de Santa Catarina. Foi fundada em 1983, surgindo assim a primeira escola da comunidade a qual pertencia ao município de Palhoça.

O prédio escolar era alugado, havia uma sala bem espaçosa de madeira, não tinha vidraças e nem forro, bem como faltava mobílias como: carteiras, mesas, etc. Os alunos sentaram por muito tempo em bancos improvisados por duas tabuas, sobre caixas de querosene.

O governo do estado então construiu uma escola. A localização da escola era excelente haja vista que ficavam em um lugar vistoso, onde os alunos podiam admirar a natureza.

A escola nesse período, recebeu o nome de Escola Isolada de Sorocaba, cuja professora tinha a função de alfabetizadora e merendeira. As professoras vinham de outros municípios vizinhos, como: Imbituba, Palhoça e também do nosso município de Paulo Lopes. No ano de 1986 surgiu o primeiro pré-escolar.

Em 30 de Setembro de 1994, foi alterado o nome da escola a qual passou a ser denominada, Escola Isolada Professora Ernestina Pereira Martins. Este estabelecimento escolar permaneceu durante um período de 30 anos, para ser construída a terceira Unidade escolar.

A 3ª construção foi iniciada porque o antigo prédio estava em situação precária, cabe ressaltar, que apesar da urgência, a mesma levou 8 anos para ser construída.

1.2. BIOGRAFIA DA HOMENAGEADA QUE DÁ NOME À ESCOLA

A origem do seu nome foi em homenagem a uma professora muito respeitada e querida pela comunidade, a senhorita Ernestina de Souza Pereira, nascida no dia 20 de março de 1921, filha de José Pereira da Costa Pereira e Sizina de Souza Pereira, Ernestina tinha 4 irmãos.

Aos dois anos, após seu nascimento sofreu paralisia infantil, o que deixou uma deficiência física, mas sua vida continuou com alegria. Na infância gostava de brincar com os seus irmãos principalmente de esconde-esconde, era muito fácil encontrá-la seguindo o barulho da muleta.

Segundo relato de Alice Pereira Nunis, Ernestina sempre frequentava a Igreja católica e gostava de ir aos bailes. Para chegar à escola, seu irmão José levava de carroça ou de carro. Inclusive seu pai foi o primeiro dono de automóvel do município.

Alice conta que deu aula na Sorocaba antes de Ernestina, porque quando ela iria iniciar seu trabalho ficou enferma com malária. Mas ao se recuperar Ernestina assumiu seu lugar, lecionou por algum tempo. A comunidade de Sorocaba demonstrou muito carinho, levavam presentes principalmente pão-de-ló.

Demonstraram todo esse carinho ao escolher seu nome para a escola de Sorocaba, na qual exerceu suas funções com responsabilidade, dedicação e empenho profissional, grande parte de sua juventude atendendo a sua vocação, foi responsável pela educação de muitas crianças daquela região, durante aproximadamente duas décadas. Fez da sua profissão a razão maior de seu viver.

Segundo um dos relatos dos seus familiares, representado por seu filho, que em entrevista relatou que sua mãe educava com muito amor, seus alunos e sentia-se feliz em fazer parte de suas vidas. Prudente ressaltar sua formação e a capacidade intelectual, no desenvolvimento de sua prática educativa, sempre fundamentada em bases teóricas metodológicas sólidas que ficaram registradas na memória desta instituição de ensino e principalmente, para sempre na lembrança dos que tiveram o privilégio de desfrutar em seu convívio diário e em sua formação educacional.

Após seu casamento encerrou sua atividade docente. Ernestina faleceu ainda jovem, com trinta anos de idade em 1952, cuja causa de sua morte foi o diabetes, logo após de dar à luz a seu filho Carlos Pereira Martins.

A comunidade de Sorocaba prestou uma homenagem a Professora Ernestina Pereira Martins, dando a sua escola, única da comunidade, seu nome como prova de reconhecimento e gratidão por seu trabalho que continua presente na memória da comunidade.

1.3. FILOSOFIA E FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Oferecer educação de qualidade, pautada no amor através do conhecimento, buscando ensinar aos alunos os valores essenciais ao ser humano, objetivando estimular a formação do pensamento crítico, tornando-se assim um ambiente de responsabilidade social, cuja participação é democrática, empática, crítica e participativa.

Trabalhamos na construção de uma educação que ultrapasse os limites curriculares, buscamos desenvolver competências e habilidades fundamentais numa educação criativa, transversal e transformadora.

Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2017, p.14)

Participar do desafio constante que é fazer educação de forma colaborativa com a sociedade, contribuindo para formação do sujeito, em suas vivências e conhecimentos que correspondem a Educação Básica.

A escolarização universal tem sido concebida para suprimir ou, ao menos, mascarar e desativar as grandes contradições e fontes potenciais de conflito da economia e da política pública. Desta forma, pode-se dizer, que a escola é a passagem para a formação do pensamento crítico, do crescimento pessoal, ao lidar com as interações e diferenças e ainda, palco de grandes desenvolvimentos, sejam eles cognitivos, físicos ou afetivos.

A escola, portanto, não é uma instituição que busca moldar as pessoas, ao contrário, o trabalho com seres humanos, dotados de inteligência, experiências e vontades, capazes de produzir o novo a partir do que já existe, possibilita uma aprendizagem única.

Portanto, a escola assume a formação humana, inserida nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e o ponto de partida é a realidade mais ampla, onde “a leitura crítica dessa realidade torna possível apontar novo pensar e agir pedagógicos” (GASPARIN, 2007, p.3). Esta teoria do conhecimento na educação escolar pressupõe trabalhar um conhecimento científico e político comprometido com a formação do aluno, onde não basta somente a transmissão pura e simples do conhecimento, mas, também a assimilação ativa por parte dele.

Assim, a função social da escola hoje, que seleciona, organiza sequência e dá tratamento ao conteúdo é ir além, buscando prover de ainda mais conhecimento os educandos para que os mesmos se apropriem do saber acumulado e desta forma possam produzir um novo saber capaz de transformar as relações sociais do qual ele participe. Isto constitui a própria função social da tarefa escolar, razão de ser da sala de aula, da função do professor e sua relação com os alunos. A escola busca ampliar os conhecimentos através de competências socioemocionais, onde através de atitudes podemos transformar o mundo num lugar melhor.

1.4. DIAGNÓSTICO

Nossa Escola busca constantemente priorizar a garantia dos direitos dos estudantes estabelecidos nas legislações atuais:

- igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- gratuidade do ensino público;
- valorização da educação escolar;
- gestão democrática do ensino público, conforme a Lei de Diretrizes e Bases;
- garantia do padrão de qualidade;
- valorização da experiência extraescolar;
- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação família e da comunidade;
- proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor intelectual, emocional, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular seu interesse pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

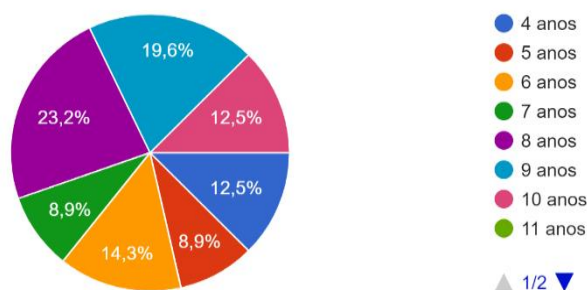
A escola que precisamos é aquela capaz de garantir uma educação voltada para o interesse da maioria da sociedade, uma educação que prepare as pessoas para construir coletivamente um projeto de inclusão e de qualidade social para o país, portanto são objetivos deste Projeto Político-Pedagógico:

- garantir o acesso e a permanência a toda clientela na idade escolar;
- garantir a gestão democrática da escola;
- estabelecer diretrizes na busca de uma política educacional progressista e transformadora;

- fortalecer os ideais de verdadeira participação no desenvolvimento pessoal e social, na valorização da vida respeitando-a e desenvolvendo seu sentido e a consciência ecológica;
- formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e, por conseguinte, de ter consciência e de exercitar seus direitos e responsabilidades frente ao Estado e a sociedade;
- preparar cidadãos, pelo domínio do conhecimento cultural, científico e tecnológico a compreensão e o exercício do trabalho social como fonte de riqueza e bem-estar universal;
- promover o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional, construindo uma cidadania livre de preconceitos culturais, raciais e sexuais, contrária a todas as formas de opressão e de desrespeito à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade;
- efetivar a ação educacional, valorizando a ética, a formação de atitudes, a solidariedade, o sentido liberdade, com responsabilidade;
- acolher as crianças de forma a contemplar as competências socioemocionais.

No primeiro semestre de 2022, contamos com a comunidade escolar no desenvolvimento do diagnóstico, através de um questionário, dos 178 estudantes atendidos em nossa Escola, 112 participaram da pesquisa e, através dessas informações, organizamos os resultados que serão apresentados a seguir:

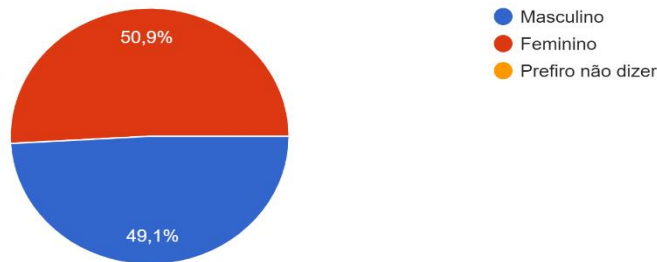
Idade do estudante
112 respostas



De acordo com o gráfico, as crianças da Educação Infantil representam 21,4% do total de matrículas, 12,5% com 4 anos e com 5 anos (8,9%), No ensino fundamental, somamos 78,6% dos estudantes, assim especificados: com 6 anos (14,3%), 7 anos (8,9%), 8 anos (23,3%), 9 anos (19%) e com 10 anos (12,5%).

Gênero do estudante:

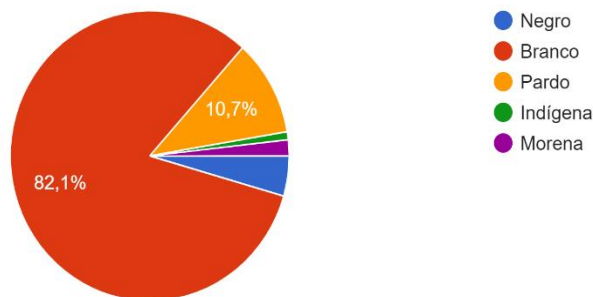
112 respostas



Foi possível perceber que a divisão de gênero é bem equilibrada, demonstrando uma maioria discreta feminina. Dos 112 participantes, 57 se autodeclararam do sexo feminino e 55 do sexo masculino.

Etnia/Raça:

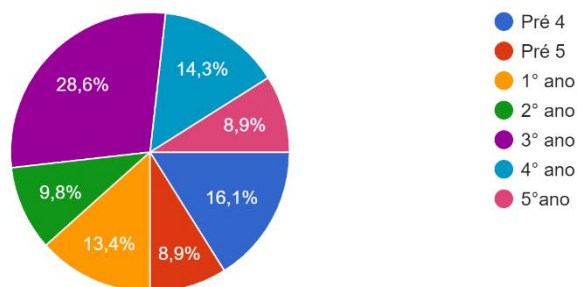
112 respostas



A diversidade étnica racial dos estudantes, foi autodeclarada, 92 brancos (82,1%), 12 pardos (10,7%), 5 negros (4,5%), indígenas (0,9%), Morenos (1,8%).

Ano/Turma em que estuda:

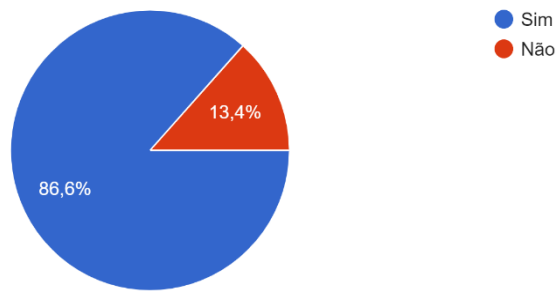
112 respostas



A comunidade escolar está bem representada, tivemos a participação dos estudantes e familiares de todas as turmas.

Estudante utiliza transporte escolar:

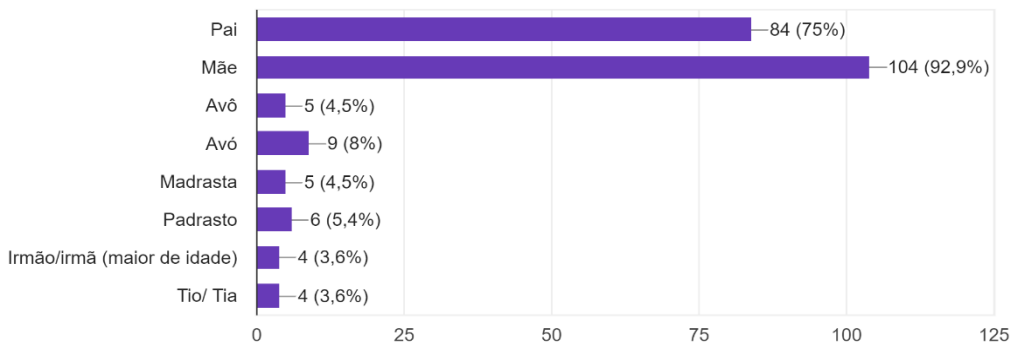
112 respostas



O transporte escolar, ofertado aos estudantes é fundamental para o acesso e a permanência na escola. Como podemos perceber 86,6% do total aqui apresentado fazem a utilização do Transporte Escolar. Apenas (13,4%) não utilizam porque moram perto da escola.

Quem são os principais responsáveis pela criança/estudante:

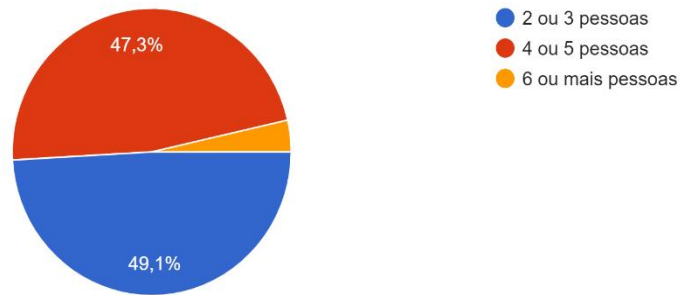
112 respostas



Nesta questão poderiam optar em responder mais de um familiar, os pais numa grande maioria das respostas compartilham entre si o dever de cuidar e garantir a educação aos infames. Mas, a figura da mãe, ainda se destaca no núcleo familiar no que corresponde a responsabilidade sobre os filhos.

Quantas pessoas residem com o estudante (incluindo o estudante):

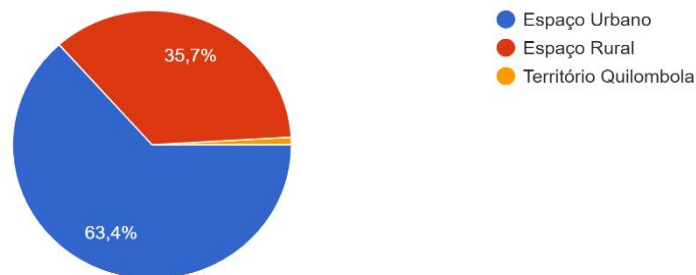
112 respostas



Os grupos familiares representados na pesquisa são próximos, enquanto 55 pessoas (49,1%) respondem fazer parte de uma família com 2 ou 3 pessoas, 53 pessoas (47,3%) possuem 4 ou 5 familiares na mesma residência e, apenas 3,6% possuem famílias com 6 pessoas ou mais.

Local de residência:

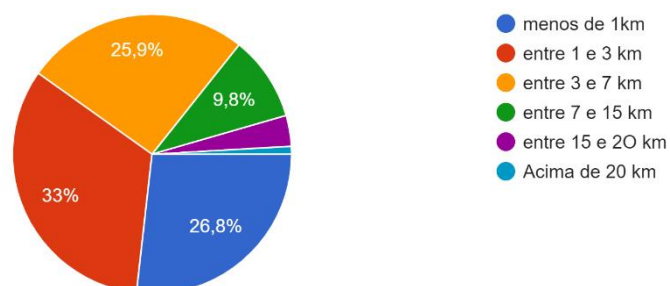
112 respostas



O território de domicílio dos nossos estudantes é assim apresentado: 63,4% oriundos do espaço urbano, 35,7% fazem parte do espaço rural e 3,6% de território quilombola.

Distância entre a residência e a escola:

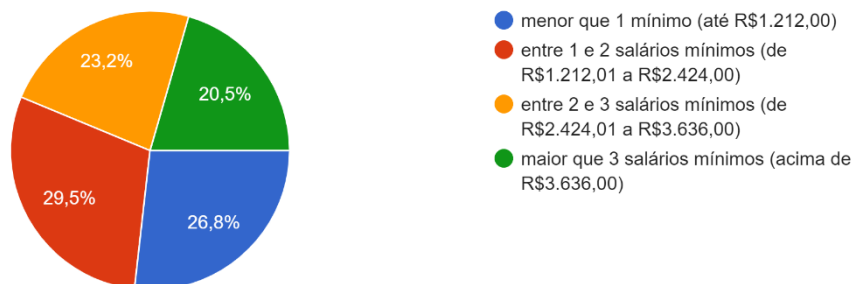
112 respostas



A expressiva demanda na utilização do Transporte Escolar, que utiliza como regra geral o atendimento a partir de 2 km de distância, a residência do estudante da unidade escolar. Observa-se que a maioria dos estudantes estão no trajeto de atendimento.

A renda total da família é/soma de toda renda dos que residem com o estudante:

112 respostas



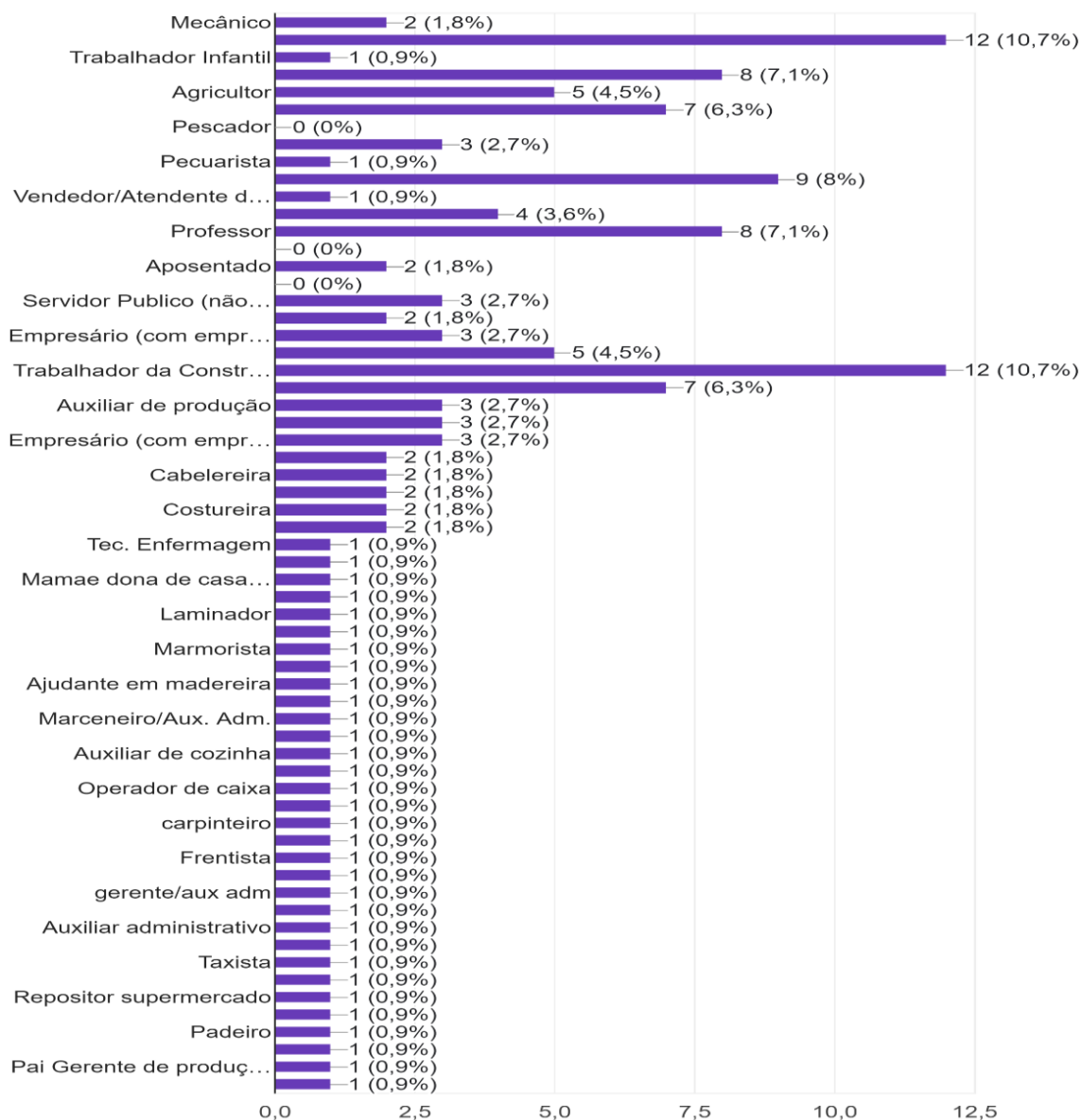
Na perspectiva econômica das famílias, percebemos que a maioria é considerada de baixa renda, 30 delas vive com menos um salário mínimo, 33 com renda entre 1 e 2 salários mínimos, 26 entre 2 e 3 salários mínimos e apenas 23 com renda maior que 3 salários mínimos.

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da alimentação de qualidade, no contexto escolar, para garantir a segurança alimentar desses estudantes, que fazem parte de núcleos familiares que variam de duas a mais de seis pessoas, em alguns casos, e, precisam viver com uma renda familiar insuficiente para garantir seus direitos fundamentais e seu desenvolvimento físico e cognitivo.

As profissões que as famílias dos estudantes possuem demonstram uma rica pluralidade e, corroboram com as rendas apresentadas anteriormente.

Profissão dos que residem com o estudante (Selecione mais de uma opção, se necessário):

112 respostas

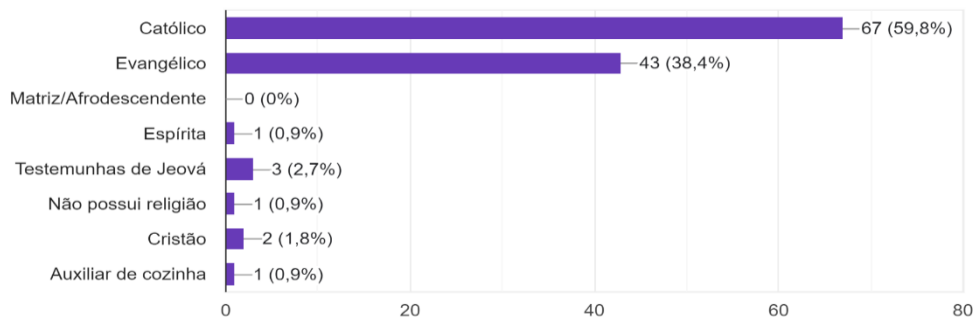


As religiões predominantes são: católicos com 59,8% e evangélicos com 38,4%. Também foram citadas as religiões: Espírita com 0,9%, Testemunhas de Jeová 2,7%, Cristãos 1,8% e 0,9% afirmaram que não possuem religião.

A diversidade religiosa presente no ambiente escolar e nas comunidades precisam ser valorizadas e respeitadas nas suas especificidades.

Qual religião predominante em seu núcleo familiar:

112 respostas

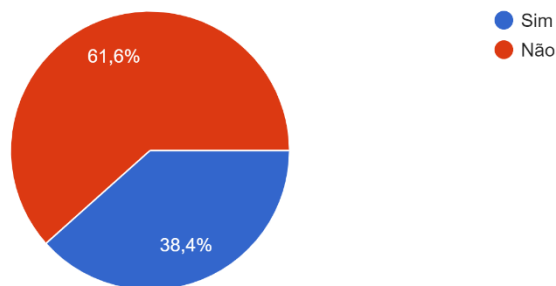


No âmbito das tecnologias, existe uma dificuldade ao acesso a ferramentas como computadores e notebooks, apenas 43 famílias (38,4%) possuem esses equipamentos, enquanto 69 (61,6%) não tem acesso.

Informação fulcral para o desenvolvimento dos planejamentos pedagógicos, pois, quando trabalharem com pesquisas que necessitem de registros através dessas ferramentas, devem realizar no ambiente escolar, priorizando a equidade no processo de ensino e aprendizagem.

Tem computador/notebook em casa para acesso ao estudante:

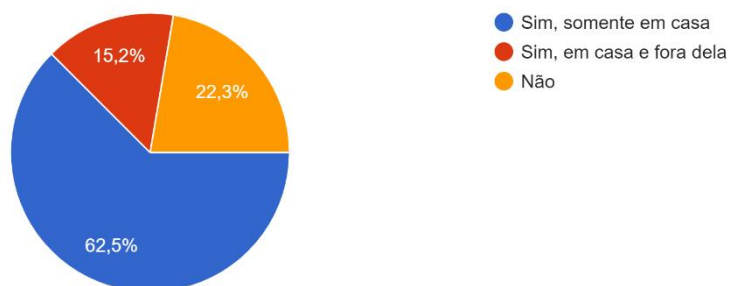
112 respostas



O uso predominante da tecnologia pelos estudantes, é através do celular, 62,5% declaram ter acesso ao celular em suas residências.

Tem celular/Smartphone para ao estudante:

112 respostas



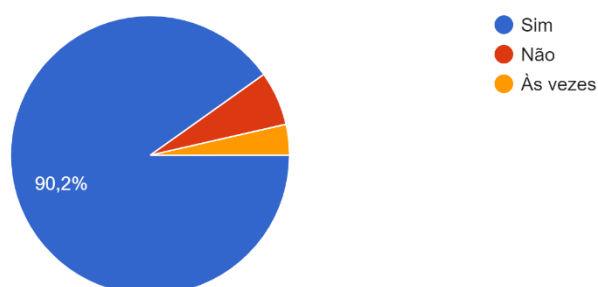
Seja através de computadores, notebooks ou celular, é fulcral ressaltar que a grande maioria dos estudantes possuem acesso à internet são 90,2% e apenas 6,3% não possuem esse acesso em suas residências.

As tecnologias estão cada vez mais presentes na vida social das pessoas e no contexto educacional não é diferente. Porém, deve-se priorizar a utilização das tecnologias como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento de competências fulcrais da educação básica e da vida.

O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense afirma que “Para ensinar e aprender na sociedade atual, não há como não compreender que as tecnologias nos permitiram novas relações com o conhecimento e afetaram nossos modos de interagir e nos relacionar”. (SANTA CATARINA, 2019, p.25)

E acesso a internet (banda larga, via rádio, 3G, 4 G,...)em casa, para acesso pelo computador ou celular?

112 respostas

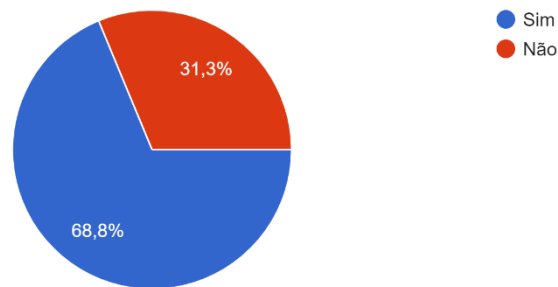


Foi possível perceber que o acesso a internet é cada vez mais comum entre as famílias, mas, há também o acesso aos materiais impressos de leitura: livros, revistas e outros materiais estão presentes em 68,8% das famílias.

A participação dos estudantes em atividades de leitura com demandas crescentes possibilita uma ampliação de repertório de experiências, práticas, gêneros e conhecimentos que podem ser acessados diante de novos textos, configurando-se como conhecimentos prévios em novas situações de leitura. (BRASIL, 2017, p.75)

Possui livros (não-didáticos), revistas em quadrinhos, revistas sobre assuntos diversos, livros religiosos, jornais impressos,...

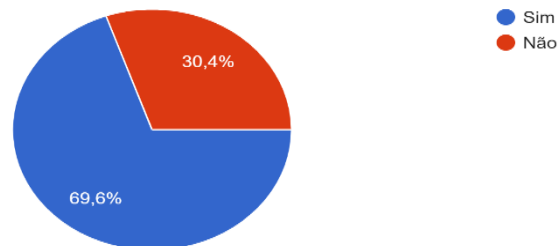
112 respostas



Os estudantes possuem assinatura de serviços de streaming, em sua maioria 69,6%, enquanto 30,4% declaram não contar com esse tipo de serviço.

Possui assinatura de serviços de streaming (Netflix, Amazon Prime, Youtube Premium, TV fechada)

112 respostas



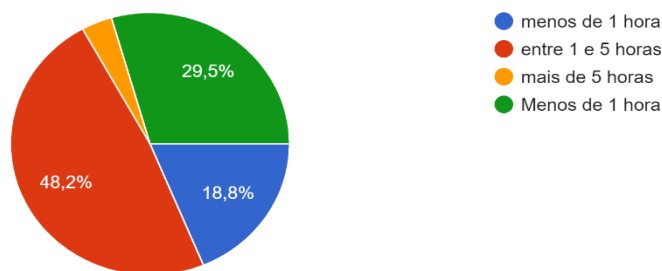
Ao analisar os dados, do tempo que os estudantes passam em contato direto com as mídias digitais diariamente, ou seja, em frente as telas, percebe-se que 48,3% passam menos de uma hora em contato com as mídias, seguidos por 48,2% que permanecem entre uma e cinco horas fazendo o uso das tecnologias e apenas 3,6% ficam mais de cinco horas em frente as telas.

Nesse sentido, levamos em consideração as orientações do Manual da Sociedade Brasileira de Pediatria que “estabelece novas indicações práticas para o uso de telas, como o limite máximo de 2 horas por dia de exposição para crianças entre 6 e 10 anos. Orienta também que adolescentes com idades entre 11 e 18 anos fiquem, no máximo, 3 horas diante de telas, inclusive de videogames” (SBP, 2020).

É importante que o assunto seja discutido com a comunidade escolar, com o objetivo de orientar as famílias, desenvolver projetos pedagógicos sobre o assunto para assegurar a saúde das crianças.

Por quanto tempo o estudante ou criança permanece em contato com as mídias digitais diariamente:

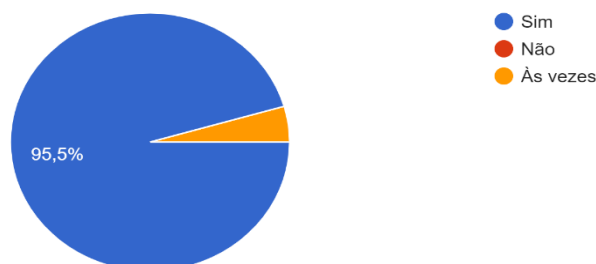
112 respostas



Acreditamos que o processo de ensino deriva de ações transversais que transformam a sociedade e, nesse viés corroboramos com a ideia de que a família desempenha papel fundamental em parceria com a escola, na vida dos estudantes. E, conseguimos confirmar em nossa pesquisa que 95,5% das famílias declaram acompanhar as atividades e a agenda escolar dos alunos.

Vocês acompanham as tarefas e a agenda de seu filho diariamente?

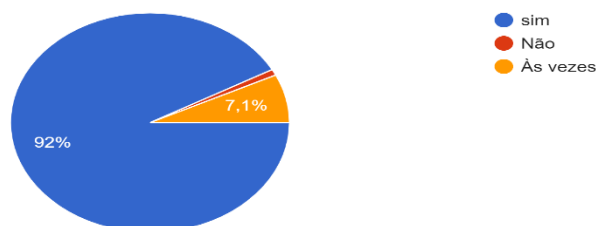
112 respostas



Diante das respostas apresentadas podemos considerar que há uma relação responsável entre as famílias e a escola, quando 92% dos pais ou responsáveis afirmam que estão presentes na escola sempre que solicitados, demonstram reconhecer a importância da vida escolar de seus filhos.

Vocês comparecem à escola sempre que solicitados?

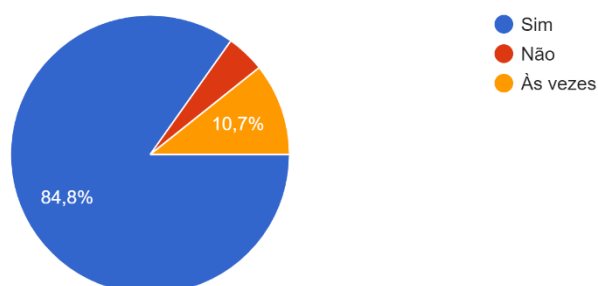
112 respostas



Além da participação a maioria dos pais afirma gostar dos momentos de reuniões e que neles conseguem suprir as dúvidas que surgem durante o trabalho educacional que a escola desenvolve.

Vocês gostam das reuniões e conseguem tirar as dúvidas com os professores/diretor?

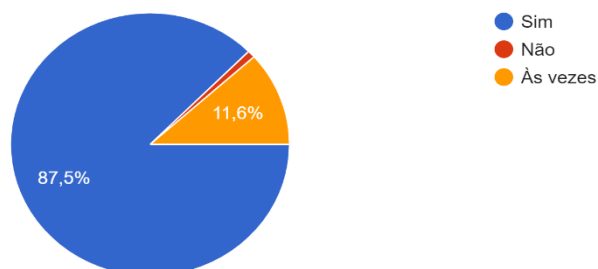
112 respostas



Essa interação que a família demonstra ter com a escola, também está representada no diálogo que possuem com os estudantes, pois, estes costumam comentar sobre as atividades que desenvolvem no contexto escolar quando chegam em casa. Essa interação participativa da família com as crianças demonstra interesse e valoriza as vivências no âmbito escolar.

Seu filho comenta sobre as atividades realizadas na escola?

112 respostas

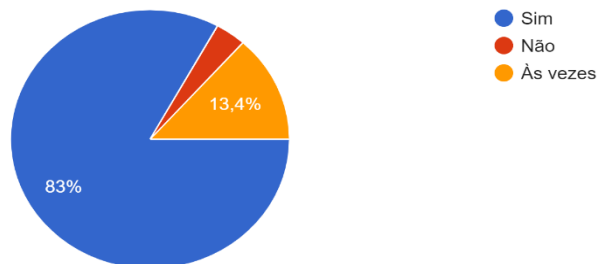


Estar presente na vida escolar dos filhos é fundamental e, apesar das rendas familiares da maioria não serem altas, percebemos que a grande maioria dos alunos possuem uma rotina de estudos com horário estabelecidos e local adequado para desenvolverem as atividades escolares.

A Escola deverá ter uma atenção especial com os estudantes que por algum motivo não conseguem ter acesso a participação da família nas atividades de casa, independente das ausências apresentadas, pois, é função da escola garantir educação de qualidade para TODOS, e, esses estudantes certamente precisarão de um olhar diferenciado.

Seu filho tem horário e local adequados para realizar a tarefa de casa?

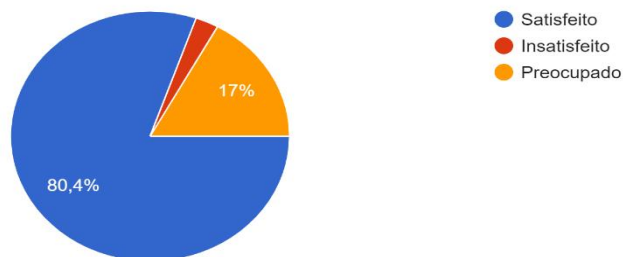
112 respostas



Quando há uma boa relação entre família e escola os resultados acabam sendo positivos e 80,4% dos pais estão satisfeitos o desenvolvimento dos seus filhos no âmbito educacional.

Sobre o desenvolvimento do seu filho, você está:

112 respostas



Sobre o seu acompanhamento nas atividades escolares da criança/estudante:

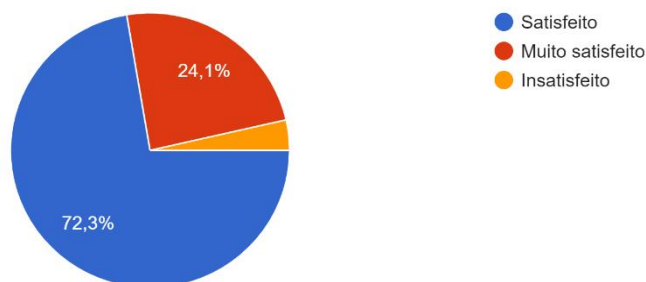
112 respostas



O trabalho pedagógico realizado na escola, pelos professores fazem toda diferença no currículo estabelecido, nas metodologias utilizadas e na relação entre a família e a escola. Obter mais de noventa por cento de satisfação na avaliação das famílias é gratificante, e, também requer muita responsabilidade nos resultados da aprendizagem apresentada.

Quanto ao trabalho dos professores de seu filho, você está:

112 respostas

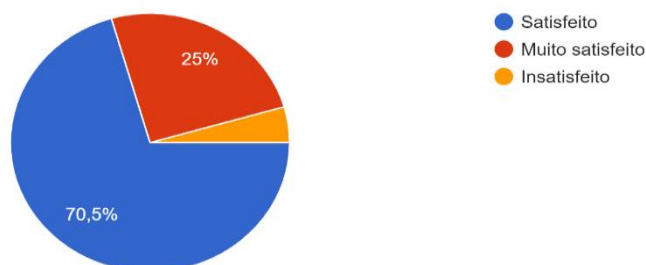


A educação em todo seu desenvolvimento possui programas complementares, um deles é o PNAE, Programa Nacional da Alimentação Escolar, ele foi criado com o objetivo de garantir a segurança alimentar dos estudantes e, sua execução é feita através de uma nutricionista que elabora os cardápios, gerencia os recursos e inspeciona o trabalho relacionado ao preparo das receitas e a manipulação dos alimentos. Seguindo sempre as orientações e as regras que o programa estabelece.

Nas Escolas, a alimentação é preparada diariamente nos respectivos turnos, as auxiliares de serviços gerais são responsáveis pela manutenção e merenda da nossa unidade escolar. Receber a aprovação tão expressiva da alimentação escolar ofertada é gratificante.

Quanto à merenda da escola:

112 respostas



A escola é um espaço público, deve priorizar a efetividade dos princípios administrativos, atender os pais com eficiência, transparência e agir sempre de acordo com a legalidade. Ter resultados tão positivos demonstrados nesta pesquisa enaltece o serviço.

Quando necessitou de atendimento na escola, sempre foi:

112 respostas

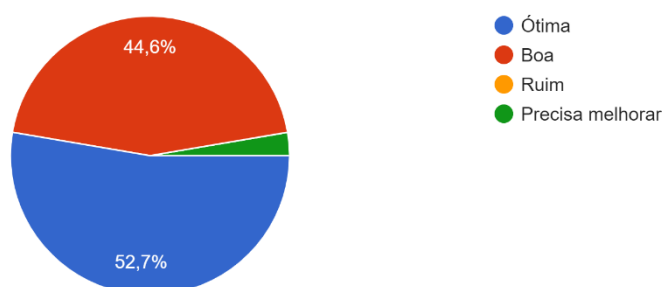


Durante o ano letivo buscamos utilizar os grupos de WhatsApp como principal ferramenta de comunicação, e, vem apresentando bons resultados.

Procuramos organizar as reuniões, feiras pedagógicas, conselhos de classe, participação em apresentações teatrais, planetário e outras atividades culturais, de acordo com o Calendário letivo e cronograma da Secretaria de Educação, ou ainda, quando há saída de campo das turmas, fizemos conforme planejamento dos professores. E, enquanto reflexo desse trabalho, as avaliações são positivas.

Quanto à organização (recados, entrada e saída dos alunos, eventos e promoções realizadas pela escola), considero:

112 respostas



Numa avaliação geral, percebemos que a Escola tem avaliação positiva sob o olhar da comunidade escolar. Estabelecer concepções e objetivos deverão levar em consideração todas as opiniões aqui registradas para que possamos construir juntos uma Escola de qualidade, que busca a excelência de seu trabalho, através de avaliações e ações concretas exercidas por todos nós.

1.5. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E CRIANÇA

A criança é um ser ativo que através de suas vivências, curiosidades, experimentações, questionamentos, faz descobertas, interage com seu ambiente e transforma suas vivências relacionais em aprendizado.

Atuamos para estimular o protagonismo infantil, construir espaços para que todos tenham oportunidades de viver, sentir e estar no mundo, valorizando o percurso formativo do ser humano, num ambiente equitativo e diverso em todas as suas manifestações.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) em seu artigo 4º, definem a criança como sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

O desenvolvimento infantil dar-se-á nas interações das crianças entre si, com o meio e com a natureza. Nestes momentos, a mediação será investigativa, hipotética, problematizadora, e, nas vivências significativas estarão construindo aprendizagens, resolvendo conflitos, tomando decisões, descobrindo novos lugares, seres, objetos, pessoas, brincadeiras, irão ganhar, perder, sentir e se desenvolver.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (BRASIL, 2019, p.38).

A BNCC, estabelece cinco campos de experiências onde serão desenvolvidos os seis direitos de aprendizagem das crianças, nesta etapa de ensino: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se.

Muitas vezes, existe uma ruptura na metodologia empregada no ensino fundamental, mas, nossa unidade escolar, entende que a concepção de criança e de infância devem ser preservadas nas etapas de ensino que atendemos diariamente.

Quando a criança encerra a etapa da Educação Infantil, ela não deixa de ser criança e, definir estratégias de acolhimento no processo de transição entre as etapas de ensino da educação básica, torna-se essencial no processo educacional.

[...] para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. (BRASIL, 2019, p.53)

Neste sentido, ter clareza da concepção de criança e infância que vamos conviver e mediar o processo de formação integral é fundamental para organização das etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental de nossa comunidade escolar.

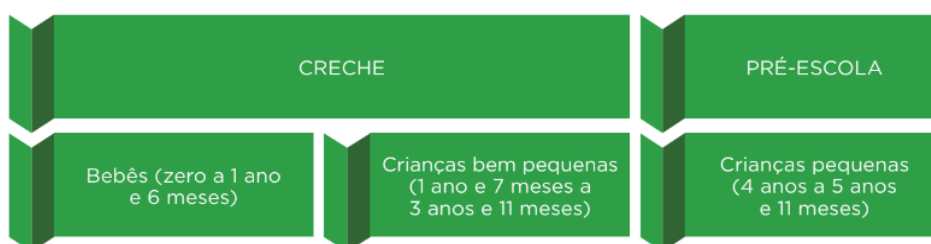
2.0. O CONTEXTO DA ESCOLA

2.1. Dimensão Pedagógica

A dimensão pedagógica apresentará a organização das etapas de ensino da educação básica, a educação infantil e o ensino fundamental, seus pressupostos curriculares, a avaliação, a inclusão no contexto escolar e a ERER.

2.1.1 Educação Infantil

A Educação Infantil é uma etapa de ensino da Educação Básica responsável pelo atendimento das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. Em nossa instituição, atendemos a Pré Escola, a partir de 04 anos de idade.



Nosso atendimento é realizado em uma sala de aula, temos uma turma, no período matutino, com crianças de 5 anos e no período vespertino, as crianças de 4 anos. Cada turno compreende quatro horas de atendimento diário.

Conforme a Resolução CME nº 001/2021, são atendidos até 25 crianças em cada turma da pré escola, na maioria das vezes, contamos com um professor habilitado e um auxiliar.

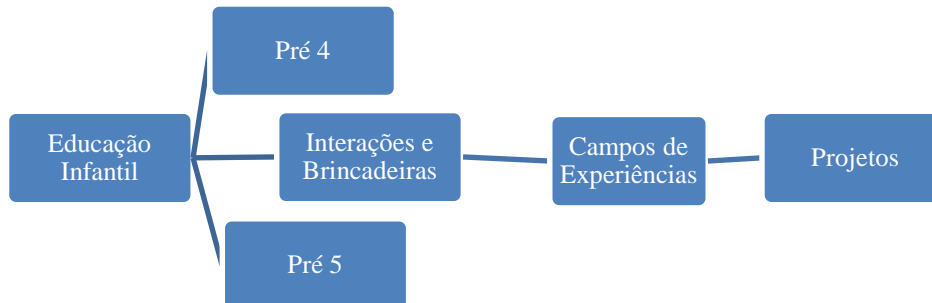
Cumprimos o calendário anual que estabelece os duzentos dias letivos ou oitocentas horas, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.

O Planejamento Anual, os planos de aulas são desenvolvidos fundamentados pela BNCC e Diretriz Curricular Municipal da Educação Infantil, além de documentos oficiais norteadores desta etapa de ensino, com o objetivo principal de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação infantil, são eles:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, as diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2019, p. 38)

A forma como o espaço está organizado na escola é revelador de uma concepção pedagógica por tanto ele reflete a relação pedagógica que é desenvolvida em seu interior.

Silva (1999, p. 148) reafirma que o currículo “é uma questão de saber, poder e identidade”, e pensando dessa forma, o processo de ensino e grade curricular está organizado da seguinte forma:



Não basta que a criança esteja em um espaço organizado de modo a desafiar suas competências é preciso que ela interaja com esse espaço para vivê-lo intencionalmente. Isso quer dizer que essas vivências na realidade estruturam-se em uma rede de relações e expressam-se em papéis que as crianças desempenham em um contexto do qual os moveis, os materiais, os ritos de rotinas a professora e a vida da criança fora da escola interferem nessas vivências.

Já dissemos que as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio que vivem. Assim, as interações que ocorrem dentro dos espaços são de grande influência no desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Neste sentido, a educação infantil desenvolve seu trabalho considerando a concepção de criança e de infância e na proposta curricular, definidas no projeto político pedagógico.

2.1.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Em nossa escola, o atendimento é apenas de 1º a 5º ano, dos 6 aos 10 anos de idade, numa situação normal, algumas vezes, há crianças de 12 anos nesse ciclo.

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental acontece em nossa escola e, prioriza a adaptação e o acolhimento, para não que não aconteça o fragmento das metodologias.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BRASIL,2019, p. 57-58)

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais deve planejar muito bem a acolhida das crianças que chegam da Educação Infantil para iniciar o ciclo de alfabetização, as metodologias de ensino devem priorizar o trabalho lúdico e o protagonismo dos estudantes, não deve acontecer uma ruptura no desenvolvimento das habilidades, mas, um progressivo avanço nos novos desafios desta etapa de ensino.

A organização curricular do Ensino Fundamental apresentado pela BNCC, estabelece as competências gerais da educação básica, em suas áreas do conhecimento e seus componentes curriculares.



A Escola Isolada Professora Ernestina Pereira Martins, define sua metodologia para o ensino fundamental, com o princípio da construção do conhecimento por meio de ações e decisões cooperativas e coletivas, por intermédio de diferentes linguagens, baseado nos referenciais teóricos da BNCC e Currículo do Território Catarinense.

Corroboramos com o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e, acreditamos na competência dos profissionais da nossa escola, na escolha da metodologia mais eficaz para o processo de ensino e aprendizagem em que os resultados serão discutidos, analisados e orientados pelos profissionais técnicos pedagógicos da escola e/ou da Secretaria Municipal de Educação.

Os trabalhos deverão permear os fundamentos da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade sempre que houver possibilidade, através de projetos e pesquisas educacionais, construídos coletivamente, considerando fulcral o conhecimento científico e o protagonismo dos estudantes na construção do sujeito, através da aprendizagem significativa.

Na construção da aprendizagem, o educador é o responsável pelo engajamento do aluno, assumindo o papel de *designer* de experiências cognitivas, estéticas, sociais e pessoais. Cabe a ele a condução da formação de competências e a colaboração no processo para que o estudante aprenda a aprender. Diante de interesses e necessidades, o educador se torna mediador e procura instigar o aprendiz à pesquisa e ao desenvolvimento de uma visão crítica, por meio de formulação de problemas e hipóteses. Nesse processo, cabe ao estudante ser protagonista da sua aprendizagem. (BRASIL,2019. Disponível em 13/10/2022)

As estratégias didáticas deverão ser intencionais e sistematizadas buscando desenvolver as competências e habilidades necessárias para o sucesso da aprendizagem significativa.

A aprendizagem significativa é aquela que possibilita a construção do sujeito. Para tanto, o conhecimento é construído e reconstruído dialeticamente pelos educadores e aprendizes e, a partir dessa reconstrução, o estudante desenvolve competências que o torne autônomo, questionador e consciente da necessidade de um constante aprendizado, que está sempre inacabado. (BRASIL,2019. Disponível em 13/10/2022)

A Base Nacional Comum Curricular é documento referência da Educação no país, cabe a todas as Instituições de Ensino, buscarem diversas metodologias capazes de desenvolver as Competências Gerais da Educação Básica:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística,

- matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL,2019, p. 9-10)

Nessa perspectiva, a definição das metodologias utilizadas no Ensino Fundamental da Escola Isolada Professora Ernestina Pereira Martins, serão fundamentais para o sucesso do processo de ensino aprendizagem no percurso formativo dos estudantes.

A responsabilidade do profissional na escolha da metodologia a ser aplicada está diretamente ligada a avaliação e reavaliação diante dos resultados apresentados, pois, se aplicação de determinada metodologia não estiver gerando bons resultados, deverá ser redefinida com auxílio dos profissionais técnicos pedagógicos. Tendo em vista que, o objetivo principal é a Aprendizagem do estudante e a construção do SER capaz de desenvolver as competências e habilidades previstas, com respeito as suas especificidades, garantindo a equidade ao direito de aprendizagem de cada um.

2.1.3. Avaliação

Participamos do pressuposto que avaliar é uma atitude de constante análise e reflexão sobre um determinado conjunto de conteúdo, procedimentos e resultados, tendo por propósito, metas a serem alcançadas.

Nesse sentido, procuramos aplicar uma avaliação que busque estabelecer uma relação de valores qualitativos, realizada em diversos momentos, em situações variadas, respeitando a singularidade dos alunos, levando em conta não apenas o que foi aprendido durante a aula, mas tudo o que está sendo aprendido em diversas instâncias.

Para se analisar a perspectiva da avaliação enquanto uma ação mediadora, é necessário que se repense a postura do professor.

O professor deve adequar suas metodologias a todos os alunos, já que todos aprendem, de forma e ritmo diferentes. Quanto mais o professor conhecer as formas pelas quais os alunos aprendem, melhor será sua intenção pedagógica. Ou seja, avaliar é a mediação entre o ensino do professor e a aprendizagem do aluno, é o fio da comunicação entre as formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os educandos aprendem diferentemente, por que tem histórias de vidas diferentes, são sujeitos historicamente constituídos.

Nossa ação avaliativa assegurará um clima de liberdade, responsabilidade, sem tensões e bloqueios, estabelecendo um ambiente de confiança, respeito, superando obstáculos e desenvolvendo o conhecimento e a autonomia.

O processo de avaliação de nossa escola será quantitativo e qualitativo, tendo por objetivo a verificação da aprendizagem, o aproveitamento e desenvolvimento do educando, visando a própria ação de saberes e competências.

Na Educação Infantil, a avaliação é descritiva através dos campos de experiências, com o objetivo de garantir os direitos de aprendizagens.

A avaliação no primeiro ano dos anos iniciais, período de alfabetização e letramento – 1º ano, será conceitual, com critérios estabelecidos a partir dos planejamentos de ensino do corpo docente, de acordo com as áreas do conhecimento e poderão sofrer alterações no início do ano letivo conforme necessidades e respeitando a legislação vigente, visando atender as especificidades do planejamento de ensino.

A partir do segundo ano (2º, 3º, 4º e 5º ano) a avaliação será com correspondente numérico, ou seja, será quantitativa na escala de 1 (um) a 10 (dez), sendo necessário para a aprovação, média final igual ou superior a 6 (seis) ou seja totalizando no mínimo 18 (dezoito) pontos em área de conhecimento.

Não haverá retenção de alunos no 1º ano – ensino fundamental de 9 anos. A retenção de aluno só ocorrerá a partir do 2º ano obedecendo aos seguintes critérios:

- No mínimo serão feitos três instrumentos avaliativos trimestrais para cada componente curricular, as provas não serão o único método avaliativo;
- A cada avaliação proposta que o aluno não obtiver média 6,0, o aluno terá direito a recuperação paralela, que deverá contemplar o conteúdo proposto e deverá estar registrada nos documentos ou/e sistema;
- Para os alunos que não atingirem a soma nos três trimestres de 18 (dezoito) pontos irão para o Conselho de Classe;

- Caberá aos professores reunidos em Conselho de Classe a argumentação, defesa e intervenção e votação para aprovação ou retenção dos estudantes que não atingiram a média anual. Sendo o Conselho de Classe soberano nas decisões de avaliação, aprovação e reprovação;
- Os alunos do ensino fundamental poderão ser reprovados por frequência caso não obtenham ao longo do ano letivo, o mínimo de 75% de frequência escolar.

2.1.4. Educação Inclusiva

A educação especial deve ser entendida como processo inter e transdisciplinar que visa o desenvolvimento, o ensino e à reabilitação da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, objetivando sua inclusão mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos. Em âmbito educacional, como uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, organizadas para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos estudantes.

Ao adotar o princípio da educação inclusiva, o Município de Paulo Lopes respalda-se nos seguintes documentos oficiais: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade do MEC, a BNCC e o Currículo Base do Território Catarinense.

A escola conta com alunos inclusos, com laudo finalizado, matriculado no ensino fundamental e na educação infantil, que apresentam algum tipo de deficiência, entre elas: TEA (Transtorno Espectro Autista), PC (Paralisia Cerebral), TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção Hiperatividade), entre outras.

A Rede Municipal de Ensino implantou o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para atender os estudantes no contra turno escolar, seguindo a regulamentação do Conselho Municipal de Educação e nas Unidades Escolares, os estudantes são atendidos no ensino regular com professor regente e, quando necessário, contam com o segundo professor de turma.

O Segundo Professor de Turma possui as seguintes atribuições:

- » planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, isto, não quer dizer que o planejamento seja realizado no mesmo momento/tempo, ou seja, o professor regente deve compartilhar seu planejamento com o segundo professor para este realizar as adaptações necessárias, de acordo com a deficiência do estudante e a organização da escola relacionada ao tempo de planejamento;
- » propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas aos estudantes com laudo e demais alunos com dificuldades de aprendizagem;
- » participar do conselho de classe, elaborar relatório, registrando todas as adaptações curriculares realizadas e os avanços no desenvolvimento dos estudantes;

- » participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Educação;
- » sugerir ajuda técnica que facilite o processo de aprendizagem do estudante da educação especial;
- » cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do estudante ou do professor regente;
- » participar de capacitações na área de educação.
- » O segundo professor deverá assumir a turma caso o regente de turma esteja ausente, conforme acordado com a direção escolar.
- » O professor regente, o segundo professor e a escola são responsáveis por todos, nos diferentes contextos educacionais: recreio dirigido, alimentação, uso do banheiro, segurança, aprendizagem, etc.

2.1.5. Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)

A Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008 tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras com o objetivo de solidificar a diversidade étnica na construção de uma sociedade equitativa.

A lei contribui para a valorização histórica e cultural dos povos originários. Valida o direito do negro e do indígena de se reconhecer na cultura nacional, garantindo a permanência e o sucesso dos descendentes negros e indígenas na educação escolar.

Através das ações de inclusão social e educacional, podemos construir outras relações, nas quais nos reconheçamos na diversidade étnica que constitui a cultura brasileira, onde povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos edificaram a diversidade do que somos.

O papel do professor a partir do reconhecimento da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008 é:

- Instrumentalizar-se para que possa conduzir o diálogo mediador do processo de ensino e aprendizagem de forma argumentativa e fundamentada historicamente;
- Conhecer as histórias e várias formas de preconceito, discriminação e racismo no cotidiano escolar e que perpassam o cotidiano social e ser agente transformador no processo de mediação do processo de ensino e aprendizagem durante o percurso formativo do estudante;

Percebemos que a construção de uma pedagogia étnico racial e antirracista positiva é um desafio, bem como a construção de uma escola de fato democrático. Portanto, o ato educacional não se faz apenas no resgate de conteúdos históricos curricular, mas no reconhecimento dos sentidos e dos valores que queremos e que sejam apropriados pelas gerações atuais e as que ainda virão. Valores que irão dizer de nossa capacidade de rever injustiças e desigualdades socialmente construídas para com os povos indígenas e afro-brasileiros. Daí a necessidade de dar visibilidade as histórias e culturas

desses povos. Histórias e culturas estas que foram ocultados e silenciados na história e na educação brasileira.

A educação que tem por princípio a diversidade deve promover situações cotidianas nas quais a diversidade possa ser expressa e reconhecida.

Educar para a diversidade implica:

- Reconstruir os modos de pensar e de agir que culturalmente tem nos sustentado;
- Resgatar os saberes que foram negados e silenciados no sistema educacional;
- Reconhecer os conhecimentos indígenas, africanos e afro-brasileiros, que não são melhores ou piores que outros saberes, mas sim diferentes;
- Identificar a singularidade cultural de cada povo e as diferentes belezas que estes possuem;
- Desvelar o imaginário preconceituoso;
- Apontar pontualmente na história do desenvolvimento humano, a contribuição do povo africano nessa evolução;

Assim, acreditamos que a implementação desta Lei na escola, irá contribuir com uma educação humanizadora.

A Escola Isolada Professora Ernestina Pereira Martins desenvolve atividades relacionadas as temáticas –Educação para as Relações Étnico Raciais- em todos os níveis de ensino, da melhor forma possível: seja disciplinar, interdisciplinar ou transversal. Ainda terá como conclusão dos trabalhos, apresentações feitas pelos alunos nos diferentes componentes curriculares na escola ou em outro local escolhido e em data a ser agendada pela Unidade Escolar.

2.2. Dimensão Administrativa e Pessoal

A administração da Escola é realizada pela Diretora Escolar, tem a participação da Associação de Pais e Professores e tem como mantenedora a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação.

A organização administrativa será apresentada a seguir:

2.2.1. Funcionamento da Escola

O funcionamento da Escola Isolada Professora Ernestina Pereira Martins está organizado com a oferta da Educação Infantil, em turmas de pré escola e, o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, nos períodos matutino e vespertino, sendo quatro horas de atendimento cada.

Iniciamos as atividades as 7h30m até as 11h 30m e no período vespertino das 12h45m as 16h15m.

As turmas são organizadas de acordo com a demanda de matrículas e a capacidade da estrutura física da Escola.

Nossa ação abrangerá a mediação dos saberes dos diferentes componentes curriculares, numa relação entre aprender conhecimentos teóricos e aprender as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade, sobre a realidade e para a realidade).

A criança ao ter conhecimento com as diferentes linguagens e ao compreendê-las e utilizá-las, se expressa com maior clareza e criatividade. Assim quanto maior a interação do estudante com a diversidade cultural, maior será seu conhecimento, para a leitura do mundo.

Dessa maneira, o estudante possui direitos e não deve sofrer privações psicológicas, morais e sócio afetivo que possam comprometer suas potencialidades de, pensar, agir, criar, sentir e ousar com autonomia e segurança. Partindo dessa compreensão, dentre os principais objetivos na ação pedagógica do educador, procurando formar sujeitos críticos, participativos e agentes transformadores da sociedade.

2.2.2. Matrícula

A matrícula deve obedecer às normas próprias do estabelecimento de ensino, definidas de acordo com editais publicados pela Secretaria de Educação do Município de Paulo Lopes. A matrícula compreende:

- Admissão de alunos novos;
- Admissão de alunos por transferência;
- Admissão de alunos, independente da escolarização anterior;

No ato da matrícula, a escola deve solicitar aos pais ou responsáveis a documentação pessoal do estudante, dos pais ou responsáveis e, os documentos escolares, conforme definição em edital publicado no site oficial do Município e amplamente divulgado nas redes sociais.

A inexistência da documentação escolar no momento da realização da matrícula não deve constituir impeditivo para a sua efetivação. Cabe à escola buscar meios para providenciar a documentação necessária. Esgotadas todas as possibilidades de localização e persistindo a inexistência da documentação, a escola poderá valer-se da classificação para determinar a turma correspondente a que o aluno tem direito de ser matriculado, conforme idade do estudante. Nos casos em que o aluno esteja impossibilitado de apresentar a documentação, dever-se-á dar-lhe um prazo de no máximo 30 dias para não comprometer a regulamentação da sua vida escolar.

2.2.3. Calendário Escolar

A Escola recebe anualmente da Secretaria Municipal de Educação o calendário escolar com as principais atividades do ano letivo correspondente. Caberá a unidade escolar a discussão e alterações que julgarem necessárias, desde que, respeitem o mínimo de 200 dias letivos previstos em lei. São considerados letivos os dias com atividades que envolvam professores e estudantes.

O calendário escolar, de acordo com as disposições dos órgãos normativos fixará:

- início e término de ano letivo;
- época para planejamento e dias de estudos;
- dias destinados a reuniões pedagógicas e outros colegiados;
- dias de comemorações estabelecidos por lei ou próprios da escola;
- períodos de recesso e férias para professores e estudantes.

2.2.4. Registro de Frequência e Sistema APOIA

O registro de frequência diária é responsabilidade do professor, cabe a ele comunicar a direção da escola sobre os casos de infrequência sem justificativa da família.

A comunicação de infrequência à direção deverá acontecer sempre que o estudante somar 05 faltas consecutivas ou 07 faltas intercaladas. Ao receber a informação, a direção escolar deve fazer contato com a família para buscar informações dos motivos das ausências e orientá-los sobre o registro no Sistema APOIA.

É responsabilidade do diretor escolar registrar no sistema todas as ações que a Escola realizou, essas ações não devem se resumir ao contato telefônico, todos os meios possíveis devem ser utilizados com o objetivo de proporcionar o retorno do estudante para escola.

Quando não obter sucesso do retorno do estudante, o sistema deverá ser alimentado com todos os detalhes para que os órgãos de proteção aos direitos das crianças e adolescentes sejam acionados e possam agir para garantir os direitos de todos.

2.2.5. Atendimento aos Pais e Responsáveis

Atender bem os pais ou responsáveis pelos estudantes é essencial para o relacionamento da comunidade escolar com a instituição de ensino.

A comunicação e os canais instituídos para tal são ferramentas importantes no processo diário educacional, se trata de um relacionamento fundamentado em confiança e muitas responsabilidades

mútuas, afinal, educação é dever do estado e da família, e, todos devem fazer sua parte, num ambiente formal, bem organizado e harmonioso.

Não basta apenas oferecer educação de qualidade. As experiências que as famílias têm com a escola precisam ser, harmoniosas e percebidas como de qualidade. Boas experiências são necessárias para o desenvolvimento das atividades e atendimentos. A Escola deve ter regimento interno claro para seu bom funcionamento, mas, também deverá estar aberto para especificidades que surgirem no decorrer do ano letivo.

Atendimentos de pais com professores devem preferencialmente ter agendamento prévio para organização dos pares, quando for necessário a presença do professor deverá utilizar os horários de hora atividade, e, tudo deve ser registrado nos documentos escolares.

Construir uma relação respeitosa e democrática é um processo que leva tempo, exige dedicação, responsabilidade e empenho de toda equipe.

2.2.6. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, pedagógica e disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas por toda comunidade escolar.

a) Professores:

São servidores públicos com direitos e deveres definidos na Lei nº 660/1994 e a lei complementar nº10/2000.

Suas atribuições são: Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar no processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços da administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos e atendimento; Participar da elaboração do regimento

escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

O atestado médico é a justificativa legal para falta do servidor, no entanto, os estudantes devem ter seus dias letivos preservados conforme a legislação. Nesse sentido, a Escola poderá reorganizar o calendário para garantir o mínimo de 200 dias letivos.

A entrega do atestado médico deverá acontecer em 48h a partir da data de emissão, caso a entrega não aconteça será considerado falta injustificada.

O regente é responsável pela turma assumida, e, na ausência dos professores de componentes curriculares específicos deverão assumir esses horários e posteriormente, após acordo prévio com a direção escolar deverão ter direito de usufruir desses horários em atividades de planejamento, formações e atividades na Unidade Escolar, conforme orienta a Resolução nº XX do CME/PL.

O não cumprimento das regras estabelecidas serão passíveis de penalidades previstas no Estatuto do Magistério e na CLT.

b) Estudantes:

Todos os estudantes devem ter garantidos Educação de qualidade e sua participação efetiva entre direitos e deveres perpassam por:

- Tomar conhecimento do PPP da Escola;
- Ser considerado e valorizado em sua individualidade sem comparações, nem preferencias pelo diretor, professor, funcionários e colegas;
- Receber seus trabalhos, tarefas, provas, testes devidamente corrigidos e avaliados em tempo hábil;
- Ser tratado com igualdade em relação a seus colegas;
- Ter oportunidade de manifestar suas ideias, bem como o direito de defesa e justificativa;
- Receber da escola a orientação necessária para a sua vida escolar;
- Requerer revisão da prova em até 03 (três) dias após a data de entrega dos resultados;
- Tomar conhecimento, através dos registros escolares, de sua avaliação/nota e frequência;
- Saber das notas das avaliações anteriores antes do início das avaliações posteriores em cada componente curricular;
- Ser orientado em suas dificuldades, com desenvolvimento de diversas metodologias e instrumentos de aprendizagem;
- Apresentar sugestões à direção da Escola;
- Ter a tolerância de 15 minutos para chegada tardia ao ambiente escolar, desde que não seja rotina diária;

- Ter acesso a educação de qualidade com bons professores;
- Ter o direito dos 200 dias letivos assegurado;
- Participar dos projetos complementares que a escola ou a Rede de Ensino ofertar;
- Cumprir com pontualidade e assiduidade o horário escolar;
- Executar os trabalhos escolares determinados pelos professores;
- Respeitar e aceitar a autoridade do diretor, professores e demais funcionários da escola;
- Tratar com urbanidade e respeito os funcionários, colegas e qualquer outras pessoas que exercem qualquer atividade na escola;
- Zelar pela conservação do prédio, pátio, material escolar e dos utensílios de estudo, indenizando a escola pelas avarias e danos praticados;
- Participar das atividades sociais, literárias, esportivas da escola, comparecendo às solenidades comemorativas e seções de trabalhos extracurriculares;
- Proceder com honestidade às provas, exames e demais trabalhos escolares, não utilizando em nenhuma hipótese, a cola;
- Observar e executar os preceitos de higiene individual;
- Apresentar por escrito e devidamente assinada pelos pais ou responsáveis, solicitação para saída antecipada da Escola;
- Dialogar com a direção os problemas, dificuldades pessoais e os relacionamentos, propondo soluções;

As penalidades previstas aos discentes sobre o não cumprimento das regras estabelecidas são: Advertência Verbal; Advertência Escrita; Suspensão e Expulsão.

2.2.7. O Cuidado com os Estudantes em situação de emergência

No processo de interação entre estudantes pode ocorrer algum acidente, assim como, alguns deles passam por problemas de saúde dentro do espaço físico da Escola.

Neste sentido, é responsabilidade da Escola entrar em contato com os pais ou responsáveis imediatamente, para que estes possam encaminhar os infames a Unidade de Saúde mais próxima.

Em situações que os pais ou responsáveis não atenderem, deverá ser chamado o atendimento de saúde mais próximo para que os profissionais possam fazer os atendimentos necessários.

Somente em única hipótese poderão os professores ou diretor escolar levar o estudante com carro próprio para a unidade de saúde, sem o consentimento dos responsáveis, e, sem terem feito contato com a equipe de saúde. Numa situação onde a vida está em risco.

É responsabilidade dos pais ou responsáveis manterem os contatos telefônicos sempre atualizados no cadastro da escola.

Não é responsabilidade dos professores fazer a aplicação de remédios.

2.2.8. Uniforme Escolar

A Lei municipal nº 1825/2019, dispõe sobre a padronização do Uniforme Escolar na Rede Municipal de Ensino. A Secretaria Municipal de Educação, fornece kits de uniforme escolar em anos alternados.

Em nossa Unidade Escolar o uso obrigatório do uniforme escolar acontece nos dias: segunda-feira, terça-feira, quinta-feira e sexta-feira. Toda a quarta-feira o uso é facultativo.

Os estudantes admitidos em data posterior a distribuição dos kits poderá utilizar roupas de acordo com sua idade e confortável nas cores azul e branco.

A orientação sobre a importância da utilização do uniforme escolar deve ser realizado pela equipe gestora e pedagógica constantemente para garantir a melhor identificação dos estudantes.

O estudante que não comparecer com o uniforme não poderá ser constrangido por esta atitude e nem impedido de assistir as aulas, mas, deverá ser orientado para utilização, bem como, será solicitado a família esse compromisso.

2.2.9. Transporte Escolar

O serviço de Transporte Escolar tem por objetivo garantir o acesso a escola aos estudantes da rede municipal de ensino de Paulo Lopes.

O transporte Escolar deverá efetuar seus roteiros das comunidades até as escolas, de acordo com a instrução normativa nº 001/2020 que dispõe sobre as atribuições, regramentos para maior controle e eficiência na prestação de serviços relacionados ao transporte escolar no âmbito municipal em atendimento as normas e leis vigentes.

Nossa Unidade Escolar atende estudantes da área rural e urbana, dos bairros: Bom Retiro, Santa Rita, Areias e Centro.

É direito dos estudantes que residem a mais de 2km da escola utilizarem o transporte escolar.

Os pais ou responsáveis devem estar nos pontos de embarque e desembarque dos estudantes, organizados pelo Setor de Transportes da Secretaria de Educação, com o objetivo de garantir um percurso seguro, onde os pontos não devem ser tão próximos para evitar os atrasos dos roteiros.

O monitor do transporte escolar deverá comunicar a direção escolar sobre qualquer desrespeito as regras de comportamento e segurança dentro dos veículos.

2.2.10. Alimentação Escolar;

A alimentação escolar é um direito garantido pela Constituição Federal, como um programa suplementar à educação. Assim, o Estado tem a obrigação de prover, promover e garantir que os estudantes recebam alimentação durante o período em que estiverem na escola.

Na Rede Municipal de Ensino, a alimentação escolar é adquirida, distribuída e preparada conforme as orientações da nutricionista responsável e as auxiliares de serviços gerais.

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. As ações de educação alimentar e nutricional serão de responsabilidade do ente público educacional.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada estudante é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Pré-escola: 0,53 e Ensino fundamental: R\$ 0,36. Mas para suprir as necessidades diárias do cardápio o executivo municipal complementa com recursos próprios.

Elaborado por Nutricionista Responsável lotada na Secretaria de Educação, o cardápio contempla a utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais e a tradição alimentar da localidade, conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução nº 26/2013.

Os cardápios atendem aos estudantes com necessidades nutricionais específicas, tais como doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, alergias e intolerâncias alimentares, dentre outras. Assim como atendem as especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas.

2.3 Dimensão Física e Financeira

2.3.1. Estrutura Física

A Unidade Escolar possui quatro salas de aula, uma sala de professores, dois banheiros masculinos, dois banheiros femininos, uma sala de direção, um depósito, uma cozinha, uma quadra esportiva e um parque infantil.

No geral, a escola é conservada, mas, assim como todo prédio precisa de manutenções e ampliação para melhor atender nossos estudantes.

2.3.2. SME, PDDE e Associação de Pais e Professores

A Secretaria Municipal de Educação é mantenedora das Escolas Municipais em relação os aspectos financeiros.

A associação de pais e professores da escola (APP), contribui de forma muito importante com a manutenção da escola e necessidades que surgem durante o ano letivo, através, da colaboração espontânea dos pais, e, dos recursos que o governo federal transfere anualmente para cobrir gastos de custeio, capital e programas que a SME e a Escola fazem a adesão pelo PDDE WEB.

É fundamental saber investir, ter o controle sobre os gastos, ou seja, cuidar muito bem das finanças escolares.

A prestação de contas dos recursos recebidos pela APP, bem como, os gastos, devem ser apresentados para a comunidade escolar anualmente, e, aqueles que derivam de recursos federais devem ser entregues a SME para a realização das prestações de contas nos sistemas. A transparência deve ser algo levado muito a sério, a população tem todo o direito de saber onde seu dinheiro está sendo aplicado.

Anualmente os diretores escolares devem encaminhar a secretaria de educação seu plano de ação, com os pedidos de prioridades para serem atendidos durante o ano letivo.

A APP é o órgão composto por 18 pessoas (pais, professores e funcionários) que foram escolhidos perante votação aberta.

Compete a APP:

- Participar do processo de elaboração e execução do PPP;
- Acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;
- Participar de reuniões, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativa e outros eventos.

Dimensão física: estrutura física, acervo, mobiliário, brinquedos, material didático;

3. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal. 1988.

_____. Base Nacional Comum Curricular, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/cadernodepraticas/aprofundamentos/202-o-uso-de-metodologias-ativas-colaborativas-e-a-formacao-de-competencias> Acesso em: 13 de out. de 2022.

_____. Lei nº 8069/30, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. Lei nº. 11.274/06, de 06 de fevereiro de 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

_____. Lei nº. 11.645/08, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Resolução nº. 4, de 13 de julho de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. Resolução nº. 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial – Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares, 1998.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. Sociedade Brasileira de Pediatria. SPB, 2020. Disponível <https://ammg.org.br/wp-content/uploads/MANUAL-PEDIATRIA.pdf> Acesso em 12 de Nov. de 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

ANEXOS

ANEXO I

METAS 2022/2023 PARA O ESPAÇO FÍSICO

- Aquisição de 1 (um) televisor para cada sala de aula;
- Aquisição de 1 (um) multiprocessador;
- Ampliação e adequação dos banheiros tendo em vista a mobilidade do aluno deficiente físico e construção de um banheiro para os funcionários;
- Colocação de cobertura (toldo) da entrada até o vão central do prédio;
- Aquisição de quadro de vidro para as salas de aulas.